



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA  
7ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

**PORTARIA Nº 24/2024/7ª CCR/MPF, 19 DE NOVEMBRO DE 2024.**

Institui o Grupo de Trabalho Racismo/Violência na Atividade Policial (GT - RACISMO/VIOLENCIA NA ATIVIDADE POLICIAL) da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

A 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 62, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

**considerando** que iniciativas de coordenação como Grupos de Trabalho (GTs), atuando de forma articulada e em temas específicos, colaboram com a 7ª Câmara de Coordenação e Revisão e possibilitam a obtenção de resultados mais efetivos;

**considerando** que a atuação extrajudicial da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão demanda interlocução frequente e direta com outros ramos do Ministério Público da União e com os Ministérios Públicos dos Estados;

**considerando** a regulamentação dos grupos de trabalhos, instituída no âmbito do Ministério Público Federal, pela Portaria PGR/MPF nº 424, de 12 de junho de 2023;

**considerando** a Resolução CNMP Nº 279/2023 que dispõe sobre as atribuições do Ministério Público no exercício do controle externo da atividade policial;

**considerando** que cabe aos ramos e unidades do Ministério Público atuar a partir de um plano de ação institucional específico, contendo diagnóstico, monitoramento e fiscalização da letalidade e da vitimização policiais, nos termos do art. 10 da Resolução CNMP Nº 279/2023;

**considerando** a deliberação ocorrida na 101ª Sessão Ordinária de Coordenação, realizada em 14 de novembro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Grupo de Trabalho RACISMO/VIOLENCIA NA

ATIVIDADE POLICIAL da 7ª CCR que será composto pelos membros a seguir relacionados:

i) **POLIREDA MADALY BEZERRA DE MEDEIROS**, Procuradora da República em Pernambuco - **Coordenadora do GT**;

ii) **JOSÉ RICARDO TEIXEIRA ALVES**, Procurador da República em Goiás;

iii) **MARCELO FIGUEIREDO FREIRE**, Procurador Regional da República da 2ª Região;

iv) **LUCAS COSTA ALMEIDA**, Procurador da República no Acre;

**Art. 2º** São objetivos do Grupo de Trabalho:

I - Alinhar as propostas já apresentadas para o Enfrentamento do Racismo na Atividade Policial para que possam efetivamente se constituir em orientações capazes de contribuir para a atuação prática dos membros que atuam na temática da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão;

II - Elaborar plano de ação institucional para diagnóstico, monitoramento e fiscalização da letalidade e da vitimização policiais, nos termos do art. 10 da Resolução CNMP Nº 279, de 12 de Dezembro de 2023;

III - Atuar para que o tema do racismo/violência institucional nas polícias seja contemplado no Plano Nacional de Segurança Pública e na matriz curricular nacional para as ações de educação aos profissionais de segurança pública e social (Lei nº 13.675, de 13 de junho de 2018);

IV - Prestar apoio técnico e finalístico à 7ª Câmara de Coordenação e Revisão no acompanhamento das proposições legislativas, em tramitação no Congresso Nacional, e regulamentares, em andamento nos diversos órgãos, nos temas relacionados à atuação do GT.

**Art. 3º** O prazo instituído para funcionamento do Grupo de Trabalho será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado.

**Art. 4º** O Grupo de Trabalho deverá:

I – apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, o respectivo plano de trabalho, que conterà a indicação dos objetivos e metas a serem atingidos, bem como a proposta de atuação de cada membro integrante e de seu coordenador, nos termos do art. 4º da Portaria PGR/MPF Nº 424/2023.

II - o plano de trabalho deverá indicar as atividades do membro coordenador e dos membros integrantes;

III – encaminhar, trimestralmente, relatório de atividades, com a indicação detalhada das atividades realizadas, do material produzido e das metas alcançadas no período,

especificando as atividades individuais realizadas pelo membro coordenador e pelos membro integrantes;

VI – solicitar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, o agendamento de reuniões ordinárias, indicando opções de datas e horários, a respectiva pauta, os nomes dos participantes convidados com os respectivos contatos para encaminhamento do link da reunião;

IV – remeter à 7ª Câmara de Coordenação e Revisão expedientes que tiverem como destinatários outros órgãos, instituições ou entidades, nacionais ou internacionais;

V – zelar pelo regular funcionamento da iniciativa de coordenação.

**Art. 5º** Os planos de trabalho e relatórios de atividades de devem ser apresentados por meio do Sistema Único, com registro em procedimento de gestão administrativa específico.

**Art. 6º** A 7ª Câmara de Coordenação e Revisão, por intermédio de sua Secretaria Executiva, deverá:

I– no prazo de 3 (três) dias, autuar procedimento administrativo de acompanhamento específico para o GT - RACISMO/VIOLENCIA NA ATIVIDADE POLICIAL, no qual deverão ser registrados todos os atos praticados pela respectiva iniciativa de coordenação, e ao qual serão apensados/anexados todos os feitos administrativos anteriores existentes na 7ª Câmara de Coordenação e Revisão sobre a mesma temática;

II – criar grupo em aplicativo de mensagens instantâneas, com os números dos telefones celulares funcionais, e de correio eletrônico, com os e-mails institucionais dos membros integrantes do Grupo de Trabalho;

III – dar apoio ao Grupo de Trabalho, bem como organizar suas reuniões, com a disponibilização do link até 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o início da videoconferência;

IV – zelar pelo acompanhamento e cumprimento de todas as atividades do Grupo de Trabalho previstas em seu respectivo plano de trabalho.

**Art. 7º** As reuniões do Grupo de Trabalho serão realizadas, prioritariamente, por videoconferência.

**Art. 8º** Os casos omissos serão resolvidos pelo Coordenador da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão.

**Art. 9º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSON DE ALBUQUERQUE SILVA  
Subprocurador-Geral da República

Coordenador da 7ª CCR

Assinado com login e senha por CELSO DE ALBUQUERQUE SILVA, em 19/11/2024 15:16. Para verificar a autenticidade acesse  
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave f0799cd8-fa05f5f1-9db724e9-9f3874a5